

Série Ensino, Aprendizagem e Tecnologias

# **Educação e transgressão como práticas da liberdade: percursos formativos do programa de extensão *Letramentos e Educação Antirracista***

Cláudia Helena Dutra da Silva Jaskulski  
Mayara Costa da Silva  
Organizadoras

  
**UFRGS**  
EDITORA

 **SEAD**  
**UFRGS**  
EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA



UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO RIO  
GRANDE DO SUL

---

Reitor

**Carlos André Bulhões**

Vice-Reitora

**Patricia Helena Lucas Pranke**

Pró-Reitor de Coordenação Acadêmica

**Júlio Otávio Jardim Barcellos**

---

EDITORA DA UFRGS

Diretor

**Cláudio Oliveira Rios**

Conselho Editorial

**Carlos Gustavo Tornquist**

**Fabiana de Amorim Marcello**

**Leandro Raizer**

**Sergio Roberto Kieling Franco**

**Stella de Faria Valle**

**Simone Sarmento**

**Henrique Carlos de Oliveira Castro**

**Andre Luiz Netto Ferreira**

**Ângela de Moura Ferreira Danilevicz**

**André Luis Prytoluk**

**Cláudio Oliveira Rios, presidente**

Série Ensino, Aprendizagem e Tecnologias

# **Educação e transgressão como práticas da liberdade: percursos formativos do programa de extensão *Letramentos e Educação Antirracista***

Cláudia Helena Dutra da Silva Jaskulski

Mayara Costa da Silva

Organizadoras

**UFRGS**  
EDITORA

**SEAD**  
**UFRGS**  
EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

© dos autores

1.ª edição: 2024

Direitos reservados desta edição:

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Coordenação da Série:

Leonéia Hollerweger, Tanara Forte Furtado e Marcello Ferreira

Coordenação da Editoração: Leonéia Hollerweger e Ely Petry

Revisão: Equipe de Revisão da SEAD

Capa: Laura Trescastro da Silveira, Ely Petry e Tábata Costa

Editoração eletrônica: Laura Trescastro da Silveira

A grafia desta obra foi atualizada conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 1º de janeiro de 2009.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.



---

E24 Educação e transgressão como práticas da liberdade: percursos formativos do programa de extensão Letramentos e Educação Antirracista [recurso eletrônico] / organizadoras Cláudia Helena Dutra da Silva Jaskulski [e] Mayara Costa da Silva; coordenado pela SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2024.  
228 p. : pdf

(Série Ensino, Aprendizagem e Tecnologias)

1. Educação. 2. Formação de professores. 3. Letramento. 4. Educação antirracista. 5. Educação - Relações étnico-raciais. 6. Educação linguística. 7. Autoria feminina. 8. Programa de Extensão Letramentos e Educação Antirracista. I. Jaskulski, Cláudia Helena Dutra da Silva. II. Silva, Mayara Costa da. III. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Secretaria de Educação a Distância. IV. Série.

CDU 371.13

---

CIP-Brasil. Dados Internacionais de Catalogação na Publicação.  
(Jaqueline Trombin– Bibliotecária responsável CRB10/979)

ISBN 978-65-5725-112-6

# Prefácio

## **DE(S)COLONIZAÇÃO DAS EXISTÊNCIAS: EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA, UM SONHO INEGOCIÁVEL DE LIBERDADE**

Recebi, com honra e alegria, a feliz tarefa de escrever o prefácio da obra *Educação e transgressão como práticas da liberdade: percursos formativos do programa de extensão Letramentos e Educação Antirracista*, organizada pelas professoras pesquisadoras da educação básica, Cláudia Helena Dutra da Silva Jaskulski e Mayara Costa da Silva, vinculadas ao Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

O livro é um exemplo primoroso de como o ensino, a pesquisa e, sobretudo, a extensão podem andar de mãos dadas no diálogo intercultural para o exercício pleno da cidadania nas relações indissociáveis entre a educação superior e a educação básica brasileira.

Trata-se, assim, de uma obra inquietante e atual, pois reúne contribuições notáveis de pesquisadoras e pesquisadores antirracistas trabalhando em diferentes áreas do conhecimento e localizadas/os a diferentes latitudes do país. O livro sintetiza proposições, reflexões e aprofundamentos práticos-teóricos de pesquisadoras e pesquisadores que, a partir de suas instituições de origem e distintos lugares de poder, têm arduamente trabalhado pela desestruturação do racismo no Brasil, entendido aqui como uma tecnologia social do colonialismo (Quijano, 2005; Fanon, 2008).

Nesse sentido, o racismo epistêmico (Carneiro, 2018), uma das mais perversas manifestações do racismo, favorece o silenciamento das vozes das pensadoras/es negras/os bem como o apagamento e o extermínio de suas contribuições científicas e tecnológicas ao país. Estas estratégias de invisibilização e rebaixamento das epistemes negras são amálgamas do historicídio promovido pelo colonialismo, à luz do negacionismo do racismo.

Temos dito e defendido intelectualmente (Alves-Brito, 2021; 2022; Alves-Brito et al., 2022) que a escola pública brasileira é, do ponto de vista do expressivo contingente de estudantes que a frequenta, um território negro. E isso explica, em grande parte, as suas dificuldades históricas no que concerne a elaboração de planos decentes de carreira das suas professoras e seus professores, assim como a precária estrutura

física das escolas e suas condições pedagógicas e epistêmicas desafiadoras. As práticas, as metodologias e os caminhos epistemológicos das escolas (e das universidades) brasileiras são majoritariamente atravessados pelas lógicas coloniais do ser, do saber e do poder (Maldonado-Torres, 2018), de forma que a de(s)colonização desses espaços é necessária, constituindo-se em uma prática transgressora rumo à liberdade de fato.

De(s)colonização, com s, leva em consideração os aspectos históricos e administrativos do projeto colonizador; alternativamente, decolonização, sem s, exprime os aspectos éticos e epistemológicos que devem impactar no processo histórico colonial para chegarmos a uma outra forma de nos organizarmos socialmente. Apenas pensar as questões históricas datadas do processo colonial, sem ponderar a nossa responsabilização no presente para a sua manutenção e renovação, não nos ajuda a construir o projeto de educação antirracista que, por definição, nunca poderá ser construído de forma pacífica. A produção de Frantz Fanon [1925-1961, Martinica], um dos maiores intelectuais negros de todos os tempos, chama a nossa atenção para o fato de que a própria de(s)colonização é um fenômeno violento, pois implica em mudança de ordem dos sistemas-mundos e, a sua hostilidade, é proporcional à violência exercida pelo regime colonial operante (Fanon, 2008).

O presente livro nos faz refletir que construímos no Brasil, até o presente momento, uma base sólida de evidências científicas, oriundas de amplo espectro de metodologias de pesquisas e referenciais teóricos. Muitos destes estudos sinalizam para o momento dramático da vida do país em que, entre avanços e retrocessos, já compreendemos que somente um projeto convencional de educação não nos basta. Para

adiarmos o fim do mundo (Krenak, 2019), será preciso muito mais. Não há como transformarmos o país, a partir do nosso entendimento mais amplo do que a palavra democracia significa, sem garantirmos o estabelecimento, em todos os níveis e áreas do conhecimento, de uma educação antirracista (e por isso transgressora), capaz de nos afetar, nos comunicar outros parâmetros de convivência com a diferença e nos fazer compreender as relações históricas hierarquizantes entre humanos, não humanos e outros ecossistemas do nosso planeta, relações estas marcadas e perpetradas no projeto colonial, que está em curso.

Levando-se em conta a importância da Educação Básica pública e a urgência do fortalecimento e da promoção de projetos diferenciados de educação – a Educação Escolar Quilombola (EEQ), a Educação Escolar Indígena (EEI), a Educação para o Campo (EdC), a Educação para os Povos Tradicionais (EPT), entre outros –, eu diria, a partir da leitura atenta do presente livro, que, lamentavelmente, um dos grandes desafios da educação básica e superior no Brasil é ainda construir um projeto visceral e sistêmico de educação antirracista, transgressor e que tenha na liberdade – enquanto princípio ancestral ontológico e cosmológico – o seu maior compromisso ético. Particularmente, um programa robusto, sistêmico e afetuoso de educação básica antirracista tem papel notável na desarticulação dos tentáculos do colonialismo que, em sinergia com o capitalismo e o patriarcado, definem e naturalizam lógicas excludentes de certos corpos-territórios-pensamentos da vida social brasileira, tendo marcadores sociais da diferença – raça, etnia, gênero, classe, sexo, orientação sexual, geração, origem geográfica, deficiência, espiritualidade, entre outros – como alicerce.

Dito isso, o livro *Educação e transgressão como práticas da liberdade: percursos formativos do programa de extensão “Letramentos e Educação Antirracista”* cumpre oportunamente o papel de transgredir. Ele ganha dimensão cosmopolítica, pois promove deslocamentos epistêmicos de, a partir e pensando sobre os contextos e o chão das salas de aulas no país. A obra constrói diálogos necessários entre a Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER) (Brasil, 2004) e a formação de professores, congregando profissionais do nível superior e da educação básica comprometidos com a luta antirracista no Brasil. O livro é ainda mais especial, pois também sabemos que após quase 20 anos da aprovação da ERER, sua efetiva implementação continua sendo uma utopia (Oliveira; Alves-Brito; Massoni, 2021) devido à dinâmica do racismo institucional à brasileira.

Além disso, o livro nos lembra que a educação básica no nosso país é também um território das mulheres. Mas quem são essas mulheres? Em que áreas atuam? Como as mulheres negras, em suas múltiplas possibilidades, estão colocadas na educação básica (e na educação superior)?

Entende-se, dos artigos do livro, que as intersecções de raça, classe e gênero são decisivas e precisam acontecer no chão das escolas públicas. Não podemos mais seguir interpretando as realidades das escolas públicas apenas com foco na questão econômica, num jeito simplificado de traduzir o conceito de classe, ou focarmos ingenuamente nas interpretações que valorizam um capital cultural incompleto e inacabado que só dá conta das exigências do mundo colonizador. As epistemes negras trazidas no presente livro nos ajudam a extrapolar o conceito de

capital cultural, valorizando aquelas/es que o colonialismo, nas suas lógicas contemporâneas de revitalização do capitalismo, não nos deixam reconhecer e potencializar.

No presente livro, a sub-representação das mulheres negras na literatura e nas ciências pode, por exemplo, ser vista como o resultado de processos genocidas e interpretados como cicatrizes das estruturas que subjagam os corpos das mulheres negras a partir das lentes da colonização.

Outro aspecto importante do livro é que muitas das escritas são feitas por pessoas negras, conscientes do percurso histórico dos Movimentos Sociais Negros, que são educadores (Gomes, 2017). Este aspecto do livro me faz refletir que a de(s)colonização só poderá ser efetiva em todos os níveis da educação brasileira quando, primeiro, houver de fato massiva conscientização do percurso histórico das pessoas negras no país e, segundo, quando formos maioria (ou pelo menos estivermos proporcionalmente representados) nos lugares de poder. A educação básica antirracista é fundamental para elaborar processos educativos que recuperem a história datada e problematizem o presente, humanizando e potencializando as vivências negras para provocar fraturas nos sistemas coloniais.

Por meio do presente livro, a educação antirracista transgressora e libertadora leva para o chão das escolas histórias de pessoas negras que são protagonistas no mundo. Além disso, os mundos invisíveis passam também a ingerir sobre os mundos materiais, de forma que outras

perspectivas de ser, de viver e de lidar com o transcendente passam a ser uma experiência de exercício do pensamento, que não se resume à razão forjada e valorizada pelo projeto colonizador.

Ao longo dos textos, mundos visíveis e invisíveis coabitam para romper com as fraturas dos eco-cis-temas coloniais. E, nesse caso, a compreensão de que as línguas e as linguagens são umas das ferramentas mais poderosas do projeto de dominação colonial do pensamento é inegável.

Se, por um lado, os estudantes negros nas escolas públicas brasileiras estão aliados de articular as línguas vivas do léxico colonial e, portanto, em flagrante desvantagem no jogo competitivo e exterminador colocado pelo projeto hegemônico de educação alinhado aos valores da Quarta Revolução Industrial (Alves-Brito, 2021), por outro lado estes mesmos estudantes não têm acesso à educação linguística ligada às suas ancestralidades negras africanas. De fato, ainda que línguas como Inglês, Francês, Espanhol, Italiano e Alemão – que são os signos que performam as gramáticas e as bibliotecas coloniais – não cheguem aos estudantes negros em escolas públicas do Brasil profundo, são elas que articulam as narrativas da colonização e, uma vez mais, aprofundam desigualdades sociais no âmbito do mundo (des) conectado pela globalização. E, nesse caso, a língua portuguesa tampouco é uma exceção.

A sub-representação de professores negros nestes campos da linguística, ou mesmo a flagrante falta de integração entre, por exemplo, a comunidade negra africana diaspórica no Brasil e em países latinos ou anglo-saxônicos também oriundos da mesma diáspora, são também evidências de como opera a educação hegemônica sem com-

promisso com a liberdade das pessoas negras. Nesse caso, a fissura colonial provocada pelas barreiras impostas pelas línguas também nos aparta e nos coloca em um estado permanente de confinamento racial, em suas intersecções.

Assustadoramente, vale lembrar que, por exemplo, não há qualquer vínculo, no Brasil, entre o mundo negro Yorubano, uma de suas matrizes africanas mais pujantes, e aquele vivenciado nos Estados Unidos ou mesmo em Cuba na contemporaneidade. E isso não se dá apenas em nível de Educação Básica. As interações de pesquisas ou mesmo as experiências de extensão entre as Universidades Brasileiras e aquelas localizadas nos Estados Unidos (ou de outros países europeus), em Cuba e em países africanos – no que tange à articulação de sistemas culturais negros conectados pelas línguas –, são ainda débeis ou inexistentes.

É, assim, desta forma que o presente livro contribui, uma vez mais, com o pensamento amefricano de uma de nossas mais expressivas intelectuais negras do século XX: a pensadora e militante do Movimento Negro, Lélia Gonzalez [1935-1994, Brasil], que traz vários apontamentos sobre como construir uma educação transgressora em que o Pretuguês é a base de nossas formas de nos enxergar no mundo (Gonzalez, 2020).

O livro me fez também refletir sobre algumas das questões cruciais que se dão no âmbito do racismo institucional no que concerne ao papel da gestão escolar e pedagógica na construção e execução dos projetos da ERER, EEQ, EEI, EdC e EPT. Da minha própria experiência na promoção da educação antirracista, eu diria que a gestão escolar é fundamental, tanto do ponto de vista da direção local quanto daquilo que acontece nas gestões das secretarias de educação. Sem financia-

mento e investimento contínuo e estrutural, será impossível romper com os desafios que se colocam à nossa frente rumo à de(s) colonização das nossas formas de atuar e segregar o sistema de educação no país. Gestores precisam fazer a sua viagem subjetiva rumo à proposição curricular antirracista em sua relação visceral com professores, pais, estudantes e comunidades negras no contexto dos processos da escola.

E, por fim, vale lembrar que em 12 de outubro de 2022 completam-se 530 anos desde a chegada da expedição espanhola liderada por Cristóvão Colombo [1451-1506, Itália] ao que se conhece, na atualidade, por Continente Americano. Infelizmente, a historiografia hegemônica, sobretudo aquela amplamente responsável pelas narrativas oficiais retratadas nos livros de história da educação básica e superior do país, ainda trata este violento episódio de séculos atrás por descoberta, o que se configura, no âmbito do projeto colonial, como uma perversa desonestidade intelectual. Mais de cinco séculos depois dos encontros nada interculturais entre os invasores europeus, os povos originários e as negras e os negros africanos deportados de seus países e vendidos nas Américas para compor o fetichismo do dinheiro dos países ricos ocidentais, vemos que o genocídio, o etnocídio e o ecocídio negro e indígena seguem em curso. Estima-se que, ao longo destes últimos cinco séculos, as populações indígenas no país foram de milhões a apenas algumas milhares de pessoas, e muitas de suas línguas e culturas foram dizimadas. As pessoas negras, maioria da população brasileira, são sumariamente assassinadas, tanto do ponto de vista físico quanto

epistêmico. Esse quadro é perverso, pintado por pincéis coloniais, que insistem em representar, contar e escrever uma outra História para o Brasil – a História dos Colonizadores.

As Leis n. 10.639/2003 (Brasil, 2003) e 11.645/2008 (Brasil, 2008) – que são alterações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) (Brasil, 1996) –, a EREER (Brasil, 2004) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a EEQ (Brasil, 2012), conquistas dos Movimentos Sociais, são quatro valiosos dispositivos na luta pela de(s)colonização dos currículos e pelo dismantelamento das práticas racistas na educação, passos fundamentais para a elaboração do programa efetivo de educação antirracista que o país espera há séculos e que ajudará a sociedade brasileira a confrontar-se com o seu passado-presente e, quem sabe assim, despertar-se do sono profundo da apatia, da naturalização e da negação do racismo e do extermínio dos corpos-territórios-pensamentos negros. Quando esse dia chegar, poderemos enfim afirmar que vivenciamos a liberdade em sua plenitude, tal qual os nossos ancestrais um dia a sonharam.

Para a minha geração e para aquela que estamos agora ajudando a formar, a de(s)colonização das existências, por meio da educação antirracista em que as relações entre a branquitude (Bento, 2002; 2022) e a negritude serão enfim colocadas à mesa com tudo o que estes conceitos nos ajudam a pensar e a mover, é um sonho inegociável de liberdade.

**Alan Alves-Brito**

## REFERÊNCIAS

ALVES-BRITO, A. Educação escolar quilombola: desafios para o ensino de Física e Astronomia. *Plurais - Revista Multidisciplinar*, Salvador, v. 6, n. 2, p. 60-80, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/plurais/article/view/12204>. Acesso em: 12 ago. 2023.

ALVES-BRITO, A. *Zumbi-Dandara dos Palmares: desafios estruturais e pedagógicos da Educação Escolar Quilombola para a promoção da equidade racial no Brasil do século XXI*. São Paulo: Editora Pragmatha, 2022.

ALVES-BRITO, A.; DA SILVA, P. S.; NASCIMENTO, M.; BITTENCOURT JUNIOR, I. Antropologia e Educação Escolar Quilombola: um debate necessário. In: ALVES-BRITO, A. *Zumbi-Dandara dos Palmares: desafios estruturais e pedagógicos da Educação Escolar Quilombola para a promoção da equidade racial no Brasil do século XXI*. São Paulo: Editora Pragmatha, 2022.

BENTO, C. *O pacto da Branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BENTO, M. A. S. *Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público*. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, USP. São Paulo, 2002.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, 23 dez. 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm). Acesso em: 29 set. 2023.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. *Diário Oficial da União*, Brasília, 10. jan. 2003.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. *Diário Oficial da União*, Brasília, 11 mar. 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CEB nº 16/2012. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola. *Diário Oficial da União*, Brasília, 10 dez. 2012.

BRASIL. Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. *Diário Oficial da União*, Brasília, 22 jun. 2004.

CARNEIRO, S. *Escritos de uma vida*. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

FANON, F. *Pele negra, máscaras brancas*. Tradução: SILVEIRA, R. da. Salvador: EDUFBA, 2008.

GOMES, N. L. *O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*. Petrópolis: Vozes, 2017.

GONZÁLEZ, L. A categoria político-cultural de amefricanidade. In: RIOS F.; LIMA, M. (org.). *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, p. 127-138.

KRENAK, A. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MALDONADO-TORRES, N. Analítica da colonialidade e da descolonialidade: algumas dimensões básicas. In: BERNARDINO, C.; MALDONADO-TORRES, S.; GROSGUÉL, R. (org.). *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2018.

OLIVEIRA, A. C. de; ALVES-BRITO, A; MASSONI, N. T. Educação para as relações étnico-raciais no ensino de física e astronomia no Brasil: mapeamento da produção em mestrados profissionais (2003-2019). *Alexandria – Revista de Educação em Ciência e Tecnologia*, v. 14, n. 2, p. 305-330, 2021.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, set. 2005, p 117-142.